

INFORMALIDADE EM ANGOLA: A SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE EMPREGO?

A informalidade em Angola se constitui como meio de subsistência de muitas famílias angolanas, e conseqüentemente como uma solução alternativa de geração de emprego. Dados apontam que a Proporção de emprego informal em relação ao total da população empregada em Angola é de 77,1%. Dito isto, várias têm sido as ações do executivo angolano no sentido de encontrar soluções para contornar o fenómeno da informalidade no país...

Outubro de 2019

Abordar o tema da informalidade em Angola é de extrema importância do ponto de vista socio-económico, por se apresentar como um dos principais meios de subsistência de grande parte da população angolana.

Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia informal inclui todas as actividades económicas ocultas das autoridades oficiais por razões monetárias, regulatórias e/ou institucionais. As razões monetárias incluem evitar o pagamento de impostos e contribuições ao sistema de Segurança Social. As razões regulatórias incluem evitar a burocracia ou o ónus da estrutura regulatória. Já as razões institucionais incluem a débil qualidade das instituições políticas e o fraco estado de direito.

Consideram-se pessoas que não têm um emprego formal, aquelas que não realizam pagamentos de impostos sobre o rendimento do trabalho, que não possuem protecção social, contrato assinado, ou não têm direito a certos benefícios de trabalho. Em Angola, em cada 100 empregos criados, 69 são do sector informal. O INE¹ publicou as estatísticas do emprego e desemprego, onde os resultados apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 28,8%, no período de Março de 2018 a Fevereiro de 2019.

INFORMALIDADE E O EMPREGO NO MUNDO

O relatório da OIT Women and Man in the informal economy: A statistical picture² aponta que dois biliões da população mundial empregada (maiores de 15 anos) desenvolvem actividade profissional no sector informal, o que representa 61,2% do emprego global em todo o mundo. Em África existe uma proporção de 85,8% de empregos associados ao mercado informal, já a Europa e a Ásia Central, apresentam a menor taxa de informalidade com 25,1%, Ásia e Pacífico com 68,6% e os Estados Árabes e as Américas com 40%.

O relatório da OIT permitiu observar uma comparação da proporção do emprego informal em relação ao total de empregos nos países do mundo. A tabela abaixo apresenta uma taxa de emprego no sector informal de alguns países lusófonos.

1 Publicação INE: Publicação de indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019, disponível em <https://bit.ly/2OBEpiv>

2 Relatório OIT, disponível em <https://bit.ly/2QOeRNq>

Tabela 1 - Proporção de emprego informal em relação ao total da população empregada

Países Lusófonos	Taxa de emprego no Sector Informal
Angola	77,1%
Brasil	26,4%
Cabo Verde	29,3%
Portugal	10,2%

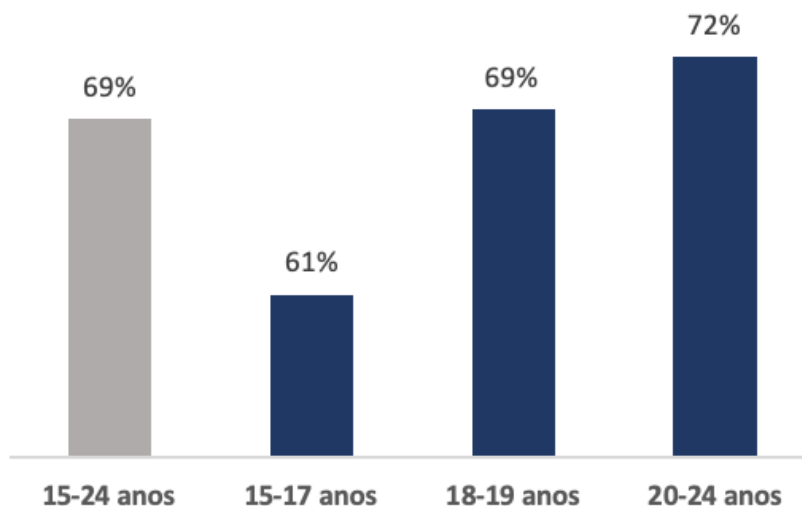
Fonte: Relatório OIT, 2018

Todos os circuitos da economia, quer nos países mais desenvolvidos ou nos menos desenvolvidos passam pelo sector informal, alguns em maior escala do que outros. Entretanto, alguns países conseguem contornar este factor com maior facilidade. Várias são as práticas orientadas para a redução do peso do sector informal nas economias dos países.

A TAXA DE INFORMALIDADE EM ANGOLA

Embora não existam ainda dados concretos relativamente ao peso da economia informal na economia angolana, o FMI estima³ que esta represente entre 25% e 65% do PIB.

Um relatório recentemente publicado pelo INE⁴ refere que a percentagem de pessoas economicamente activas em actividades informais em Angola é de 72,6%, apresentando o valor mais elevado entre as pessoas com 25-64 anos. No entanto, e sendo a população angolana maioritariamente jovem, os dados mostram que este é um dos segmentos mais afectados.



Fonte: INE

3 Artigo BNA, disponível em: <https://bit.ly/35rCm6G>

4 Publicação INE: Publicação de indicadores sobre Emprego e Desemprego 2018/2019, disponível em: <https://bit.ly/2OBEpiv>

A economia informal vê a sua importância reforçada pelo facto de tanto o Estado como o sector privado não serem capazes de dar resposta às necessidades de emprego da população, população essa que acaba por sustentar nas actividades informais o seu rendimento e o sustento dos seus agregados familiares. Para além disso, os bens e serviços disponibilizados no mercado informal apresentam-se mais acessíveis face aos comercializados no mercado formal, facto pelo qual as famílias com rendimentos mais baixo vêm neste mercado uma opção mais adequada ao seu poder aquisitivo.

CONSEQUÊNCIAS DA EXISTÊNCIA DE UMA ECONOMIA INFORMAL

A prática de actividades informais, apesar de funcionar como solução alternativa de geração de emprego, em especial para países em via de desenvolvimento, é precursora de um conjunto de factores aliados a várias consequências sociais, entre elas:

- Dificuldades de monitorização da actividade económica e falta de controlo da formação e adopção dos preços nestes mercados;
- As empresas que actuam no sector informal não comunicam os rendimentos da sua actividade à Autoridade Geral Tributária (nem pagam qualquer tipo de impostos ou contribuições sociais), propiciando a fuga ao pagamento de impostos e como consequência perda de receitas do Estado;
- Potenciais riscos para a saúde da população: por falta de controlo e fiscalização dos produtos comercializados dentro dos mercados informais, pode-se verificar a existência e comercialização de produtos em mau estado de conservação, acabando por ser comercializados a preços relativamente baixos, acessíveis e compatíveis com o poder de compra de grande parte da população e colocar em risco a saúde das populações;
- Instabilidade e variação de preços: cada agente vinculado às práticas de actividades informais sente-se livre de praticar o seu preço, muito em função da sua necessidade, sendo que os preços são definidos por critérios pessoais e com base no “conhecimento” do indivíduo que fornece o bem e/ou serviço;
- Os indivíduos que se submetem a empregos associados ao mercado informal não possuem quaisquer direitos previstos na lei geral do trabalho, não possuem segurança social e estão sujeitos a instabilidade salarial, bem como a condições de trabalho precárias;
- A inexistência de delimitação de um espaço para a prática das actividades ligadas ao merca-

do informal leva à debilitação dos espaços públicos, degradando visivelmente a imagem dos mesmos.

O GOVERNO ANGOLANO E A INFORMALIDADE

As actividades económicas de cariz informal têm tido um papel importante como alternativa de geração de emprego para grande parte da população angolana, maioritariamente dos jovens. No entanto, as consequências negativas aliadas a essas práticas acabam por colocar em risco a vida da própria população e as políticas económicas do Executivo, na medida em que os seus efeitos não são completamente absorvidos pela economia. Sendo assim, o próprio Executivo tem procurado soluções alternativas de organização e maior controlo sobre tais actividades com o objectivo de diminuir as taxas de incidência de actividades informais e de desemprego existentes no país.

Com esta finalidade, o Executivo Angolano tem procurado adoptar uma série de medidas referentes às práticas de cariz informal, nomeadamente:

- 1. O Plano de Reversão da Economia Informal:** instituído pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (2018-2022), tem como principal objectivo a implementação de iniciativas que estimulem a transição da economia informal para modelos de economia formal, com o intuito de aumentar os índices de rendimento das famílias nestas condições, e consequentemente melhorar a qualidade da saúde, da educação e o nível de vida de forma geral. Dentro de um contexto em que o emprego por conta própria é a fracção dominante da economia informal, este programa visa contribuir para uma estruturação mais adequada do mercado de trabalho e para a criação de condições concorrenciais mais justas, em particular através do incentivo à regularização da actividade económica, promover o emprego e condições dignas, contribuir para a segurança dos consumidores, melhorar a arrecadação fiscal do Estado e aumentar o índice de bancarização do país. Um dos pontos do programa de reversão de economia informal contempla a inserção no Sistema Nacional de Segurança Social dos vendedores ambulantes e dos agentes do mercado informal, a fim de transformá-los em contribuintes fiscais. A proposta apresentada pelo Ministério da Economia prevê, entre outras medidas, legalizar, cadastrar, e permitir que os mesmos tenham acesso ao microcrédito, tornando-os empreendedores e criar um efeito multiplicador efectivo nos seus rendimentos.
- 2. A Operação Resgate:** constitui-se como uma medida implementada pelo Executivo para combater as práticas de corrupção e nepotismo, com o objectivo de resgate dos valores éticos e de cidadania, o que acaba por afectar as práticas relacionadas com o mercado informal. O principal objectivo da operação resgate não se foca no facto de acabar com os mercados informais ou as práticas ilícitas da população, mas foca-se principalmente no facto de ordenar a venda ambulante e travar o comércio ilegal de acessórios de viaturas e outras actividades que

afectam a segurança e ordem pública.

3. O Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE): É um programa do Executivo para geração de emprego com o intuito de fomentar e apoiar o espírito de iniciativa da juventude. O Governo prevê que cerca de 83.500 jovens serão beneficiários directos do PAPE. Este plano deve também contribuir para a bancarização e educação financeira das famílias dentro do processo de reconversão da economia informal para a formal. No âmbito do programa serão ainda propostos novos modelos de legalização das micro e pequenas empresas, com processos simples, baratos e burocráticos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A ECONOMIA INFORMAL

A expansão da economia informal em Angola não está assente apenas no facto de haver uma elevada taxa de desemprego, mas também pelo fluxo constante de imigrantes ilegais que têm que têm entrado no País, e que se constituem como uma forte componente para a proliferação das actividades informais, porque parte destes não têm qualquer relação formal com o país.

“

A força feminina ocupa 70% da participação no total de população a desenvolver actividade no mercado informal.

”

Um relatório sobre a liberalização⁵ do comércio no sector privado em Angola, destacou que um dos grandes objectivos do país é promover a liberalização do próprio sector do comércio, com o objectivo de abertura de novas empresas e ampliação de postos de trabalho. Neste sentido, tem-se verificado um processo de transição para um modelo de economia de mercado liderada pelo sector privado, sendo que, nos últimos anos, foi verificado um relativo crescimento. Ainda assim, o crescimento alcançado é insuficiente para gerar empregos e fomentar a diversificação na economia. Segundo o mesmo relatório, o sector informal apresenta uma baixa capacidade de investimento, mas constitui-se como a principal força de subsistência para grande parte da população angolana, principalmente a força feminina que representa 70% da participação no total de população a desenvolver actividades no mercado informal.

5 Quem se beneficia com a liberação do comércio em Angola? Uma perspectiva de género, disponível em: <https://bit.ly/2lQe2Sd>

Um estudo⁶ realizado na feira do Catinton⁷, em Luanda, recolheu uma amostra de 23 mulheres que comercializam produtos hortícolas e foi possível observar as seguintes características:

- A maior parte destas mulheres tem um nível de escolaridade muito baixo, possuindo apenas o ensino básico;
- Têm uma carga horária de 12 a 13 horas de trabalho diário;
- A maioria tem entre 4 e 6 filhos e um cônjuge desempregado em casa;
- São as reguladoras da faixa de preços em função dos produtos comercializados e do estado de conservação;
- Raramente obtêm lucro, sendo que o rendimento proveniente da prática das actividades de venda no mercado informal é apenas para o sustento diário, satisfação das necessidades mais básicas e reposição de produtos para revenda;
- Não possuem qualquer tipo de protecção sob a Lei Geral do Trabalho;
- A faixa de idade dessas mulheres varia entre 23 a 53 anos de idade;
- No mesmo estudo foi possível verificar ainda que a existência dos mercados informais sempre foi tolerada pelas autoridades governamentais, como forma de reverter as lacunas encobertas pelo sector formal.

Entretanto no relatório “Objectivos do Desenvolvimento Sustentável: relatório sobre indicadores de Linhas de base, agenda 2030⁸” concluiu-se que promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as actividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a “formalização” e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros, constitui-se como uma das metas estabelecidas pelo executivo angolano.

6 A comercialização informal de produtos hortícolas no mercado do Catinton em Luanda, disponível em: <https://bit.ly/35m63pv>

7 Catinton: Um dos principais mercados de Angola responsável pela comercialização informal de alimentos, roupas usadas entre outros artigos.

8 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável: relatório sobre indicadores de Linhas de base, agenda 2030, disponível em: <https://bit.ly/2ML7N3k>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários países procuram criar medidas para facilitar o acesso ao emprego formal e redução dos índices de informalidade. Com base nestas experiências, recomenda-se:

A criação de leis reguladoras do mercado de trabalho menos complexas e que possam incorporar mais benefícios aos trabalhadores que procuram por um emprego formal e melhores condições de vida;

A instituição de políticas públicas que permitam a conversão das práticas originárias da informalidade em formais, tais como: o Desburocratização dos processos de abertura e criação de pequenas e médias empresas; o Investimento no sector da educação, de forma a permitir maior qualificação dos jovens e garantir uma melhor adaptação ao mercado de trabalho;

Decerto que a actividade informal ocupa parte da economia angolana conforme verificado anteriormente. Conclui-se que as autoridades políticas não devem ignorar o facto de que a economia informal constitui o principal meio de subsistência de grande parte população angolana, devendo não apenas adoptar medidas para acabar com a mesma, mas, principalmente adoptar medidas alternativas de subsistência, geração de emprego para a maior parte da população.

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autores da publicação:

Jéssica Matos, Business Analyst.

E-mail: jessica.matos@kbc.co.ao

Artigo completo a 10 de Outubro de 2019, 09:00 (GMT+1)

Artigo divulgado a 14 de Outubro de 2019, 09:00 (GMT+1)

Este artigo é divulgado somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Este artigo foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

O artigo foi preparado de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequencial, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste artigo.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração do artigo e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário deste artigo de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao